

INFLUÊNCIA DAS DECLARAÇÕES INTERNACIONAIS NA CONFIGURAÇÃO DAS POLÍTICAS PARA GESTÃO EDUCACIONAL NA AMÉRICA LATINA

ESTER ASSALIN

UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS – UFGD

e-mail: assalin@hotmail.com

ANDREIA VICÊNCIA VITOR ALVES

UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS – UFGD

e-mail: andreiaalves@ufgd.edu.br

JORGE ALBERTO ALARCÓN LEIVA

UNIVERSIDAD DE TALCA – U. TALCA- CHILE

email: joalarcon@utalca.cl

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, as políticas educacionais nos países da América Latina têm sido significativamente influenciadas por orientações formuladas em acordos e declarações internacionais promovidas por organismos multilaterais. Documentos como a Declaração Mundial sobre Educação para Todos, o Marco de Ação de Dakar e a Declaração de Incheon: Educação 2030: Rumo a uma Educação de Qualidade Inclusiva e Equitativa e à Educação ao Longo da Vida para Todos estabeleceram diretrizes globais voltadas à ampliação do acesso à educação, à melhoria da qualidade do ensino e à promoção da equidade educacional. Essas orientações passaram a influenciar diretamente os processos de formulação e implementação das políticas educacionais nacionais, especialmente no que se refere às formas de gestão e planejamento dos sistemas de ensino.

Nesse contexto, a difusão de princípios associados à modernização administrativa e à gestão por resultados passou a ocupar lugar central nas reformas educacionais implementadas em diversos países da região. Assim, o presente estudo tem como objetivo analisar as influências das declarações internacionais na configuração das políticas para a gestão educacional na América Latina, buscando compreender de que maneira essas orientações globais têm repercutido na organização e no funcionamento dos sistemas educacionais.



Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa qualitativa, de caráter bibliográfico e documental, baseada na análise de declarações internacionais sobre educação e em contribuições teóricas que discutem as reformas educacionais e as transformações na gestão educacional.

Desenvolvimento

A partir da década de 1990, as políticas educacionais passaram a ser fortemente influenciadas por agendas globais que buscavam estabelecer diretrizes comuns para os sistemas educacionais, especialmente nos países da América Latina. A Declaração Mundial de Educação para Todos, aprovada em Jomtien em 1990, representou um marco nesse processo ao estabelecer metas voltadas à universalização da educação básica e à ampliação das oportunidades educacionais. Posteriormente, o Marco de Ação de Dakar, aprovado em 2000, reafirmou esses compromissos, reforçando a necessidade de ampliar o acesso, garantir a permanência dos estudantes na escola e melhorar a qualidade da educação. Mais recentemente, a Declaração de Incheon ampliou essas metas ao incorporar a agenda da educação ao longo da vida e a promoção de sistemas educacionais inclusivos e equitativos.

Essas orientações internacionais passaram a influenciar a formulação de políticas educacionais nos países da América Latina, contribuindo para a difusão de modelos de gestão que enfatizam a eficiência administrativa, a descentralização e a avaliação por resultados. Nesse sentido, observa-se a incorporação de princípios da administração pública gerencial, caracterizada pela adoção de práticas inspiradas na gestão empresarial, como o estabelecimento de metas, indicadores de desempenho e mecanismos de avaliação.

De acordo com Castro (2008), as reformas educacionais implementadas na América Latina nas últimas décadas passaram a incorporar elementos da gestão gerencial, promovendo processos de descentralização administrativa e a criação de novos mecanismos de controle e avaliação da eficiência dos sistemas educacionais. Essas transformações refletem um movimento mais amplo de reconfiguração do papel do Estado na gestão das políticas públicas, no qual se busca introduzir princípios de racionalização administrativa e maior controle sobre os resultados das políticas educacionais.



Nesse cenário, os acordos e compromissos internacionais desempenham papel relevante na orientação das reformas educacionais, contribuindo para a construção de agendas que influenciam os processos de planejamento e gestão dos sistemas de ensino. Alves e Gimenes (2023, p. 223) destacam que “os acordos internacionais têm buscado criar uma agenda educacional para os países signatários, com uma concepção de gestão gerencial”. Dessa forma, tais acordos têm contribuído para a difusão de diretrizes educacionais que orientam as políticas nacionais a partir de parâmetros globais, reforçando a adoção de modelos de gestão que valorizam a eficiência administrativa, a responsabilização institucional e a mensuração de resultados educacionais.

Diversos autores têm apontado a necessidade de analisar criticamente essas transformações, uma vez que tais reformas também podem intensificar a aproximação entre educação e mercado. Nessa perspectiva, Chaves et al. (2016, p. 27) argumentam que a agenda educacional internacional, especialmente no âmbito do programa Educação para Todos, tem contribuído para a “subordinação da educação ao mercado, bem como para a fragmentação e o empobrecimento do conhecimento escolar”, evidenciando a influência de organismos multilaterais na definição das políticas educacionais nos países periféricos.

Nesse sentido, Freitas (2014) destaca que as reformas educacionais contemporâneas passaram a incorporar mecanismos de avaliação, responsabilização e padronização curricular que, muitas vezes, refletem a influência de grupos empresariais e de organismos internacionais na definição das políticas educacionais.

Nesse contexto, a difusão dessas orientações internacionais também repercute na organização de instâncias de participação e deliberação nas políticas educacionais, como os Conselhos de Educação. Embora tais instâncias sejam frequentemente associadas à ampliação da participação social e à gestão democrática, observa-se que sua atuação também passa a ser atravessada por diretrizes vinculadas à racionalidade gerencial, expressas em mecanismos de monitoramento, avaliação e responsabilização das políticas educacionais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise realizada evidencia que as declarações internacionais têm exercido significativa influência sobre a formulação das políticas educacionais na América Latina,



contribuindo para orientar processos de reforma e transformação na gestão dos sistemas educacionais. Documentos como as declarações de Jomtien, Dakar e Incheon estabeleceram metas e diretrizes que passaram a orientar as agendas educacionais de diversos países, especialmente no que se refere à ampliação do acesso à educação, à melhoria da qualidade do ensino e à promoção da equidade.

Ao mesmo tempo, observa-se que essas orientações também contribuíram para a difusão de modelos de gestão educacional inspirados em princípios gerenciais, enfatizando a eficiência administrativa, a avaliação de resultados e a responsabilização institucional. Esse processo revela a complexidade das reformas educacionais contemporâneas, que articulam, simultaneamente, a ampliação do direito à educação e a incorporação de mecanismos de gestão associados à racionalidade gerencial.

Diante desse contexto, torna-se fundamental aprofundar as análises sobre os impactos dessas agendas internacionais na configuração das políticas educacionais, especialmente nos países da América Latina, buscando compreender de que maneira essas influências se articulam às realidades nacionais e aos desafios relacionados à garantia do direito à educação.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Andréia Vicência Vitor; GIMENES, Pamela Caetano. *Acordos internacionais e sua influência na gestão e no planejamento educacional do Brasil e do Paraguai*. Série-Estudos, Campo Grande, v. 28, n. 62, p. 215-236, jan./abr. 2023.
- CASTRO, Alda Maria Duarte Araújo. *Administração gerencial: a nova configuração da gestão da educação na América Latina*. Revista Brasileira de Política e Administração da Educação, Porto Alegre, v. 24, n. 3, p. 389-406, set./dez. 2008.
- CHAVES, Emanuela Rútila Monteiro; SEGUNDO, Maria das Dores Mendes; JIMENEZ, Maria Susana Vasconcelos; RABELO, Josefa Jackline. *A política de Educação para Todos (EPT) no contexto da destrutividade do capital*. Educação em Foco, Juiz de Fora, v. 19, n. 29, p. 13-34, set./dez. 2016.
- FREITAS, Luiz Carlos de. *Os reformadores empresariais da educação e a disputa pelo controle do processo pedagógico na escola*. Educação & Sociedade, Campinas, v. 35, n. 129, p. 1085-1114, out./dez. 2014.
- UNESCO. *Declaração Mundial sobre Educação para Todos e Plano de Ação para Satisfazer as Necessidades Básicas de Aprendizagem*. Jomtien: UNESCO, 1990.
- UNESCO. *Educação para Todos: o compromisso de Dakar*. Dakar: UNESCO, 2000.



UNESCO. *Educação 2030*: Declaração de Incheon e Marco de Ação para a implementação do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 4. Incheon: UNESCO, 2015.

